

REFLEXÕES SOBRE A PERSPECTIVA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PRESENTE NOS RELATÓRIOS DE ORIENTADORES DE ESTUDO DE UM DOS POLOS DE FORMAÇÃO DO PNAIC EM SANTA CATARINA

Maria Aparecida Lapa de Aguiar¹
Caren Cristina Brichi²
Soraia Irrigaray Zapata³

INTRODUÇÃO

As reflexões presentes neste trabalho articulam-se ao projeto de pesquisa em andamento "A formação de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC 2013: Considerações a partir dos relatórios dos Orientadores de Estudo", desenvolvido junto ao Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED/CED/UFSC). Decorrentes desse projeto originam-se duas outras pesquisas: uma de Mestrado relacionada à linha de Educação e Infância no Programa de Pós-graduação em Educação e uma de Iniciação Científica que já vem caminhando também na direção do Trabalho de Conclusão de Curso da graduanda envolvida na pesquisa.

No final do ano de 2012, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização e Ensino de Língua Portuguesa (NEPALP) do Centro de Ciências da Educação se responsabilizou, no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo programa de formação de professores alfabetizadores do governo federal intitulado “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC”, continuação de outro programa para professores alfabetizadores denominado Pró-Letramento.

A rede estadual de educação e a maioria das secretarias municipais de educação de Santa Catarina fizeram a adesão a este programa do governo federal que atuou na formação de cerca de 8.000 professores alfabetizadores. A formação foi organizada em 2013 em quatro polos distribuídos pelo estado de Santa Catarina

¹ Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Ciências da Educação/ Departamento de Estudos Especializados em Educação (UFSC-CED-EED). cida.aguiar@gmail.com ou lapa.aguiar@ufsc.br

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Ciências da Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSC-CED-PPGE). carenbrichi@gmail.com

³ Estudante de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Ciências da Educação/Curso de Pedagogia/ Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (UFSC/CED/ Pedagogia/PIBIC). soraiairrigaray@gmail.com

(um na região Oeste e três no litoral) e em 2014 em cinco polos (dois na região Oeste e três no litoral) para formar os Orientadores de Estudo⁴ indicados por seus respectivos municípios, seguindo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, para atuarem na formação de alfabetizadores.

Nos anos de 2013 e 2014 o Polo 2: “Joinville e região” atendeu a cerca de 120 OEs, representantes de 53 municípios. A formação no polo totalizou um trabalho de 200 horas em cada ano. O ano de 2013 foi o primeiro do programa e enfatizou, principalmente, o ensino da Língua Portuguesa no ciclo de alfabetização na perspectiva do letramento, e os OEs apresentaram ao final de cada bimestre um relatório completo aos seus formadores, ou seja, detalhadamente explicavam o processo de formação ocorrido nas redes de ensino, com alguns exemplos práticos de sala de aula. No ano de 2014, a ênfase se fez na área de Matemática e os relatórios recebidos (apenas on-line) eram em um formato bem mais sucinto.

A pesquisa, portanto, centra-se nos relatórios de 2013 que enfatizaram o ensino da Língua Portuguesa. A pergunta geral que organizou as nossas primeiras aproximações ao banco de dados foi: o que revelam os relatórios dos OEs sobre a formação oferecida no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC em Santa Catarina?

Assim, nosso objetivo geral consiste em analisar os relatórios dos OEs do PNAIC na intenção de verificar, a partir de uma amostragem, como se configurou a formação do Pacto nas redes de ensino de Santa Catarina. E decorrentes do objetivo geral, desencadearam-se os objetivos específicos: aprofundar conhecimentos a respeito das metodologias de alfabetização na perspectiva do letramento, a partir de estudos relacionados à temática; averiguar conceitos relacionados ao processo de alfabetização presentes/ausentes nos relatórios e discutidos durante a formação; verificar tendências metodológicas para o ciclo de alfabetização.

Para este artigo, especificamente, faremos um pequeno recorte, apresentando a análise de dois relatórios a fim de socializar algumas reflexões da pesquisa em andamento.

APORTES TEÓRICOS

⁴ Vamos utilizar neste texto a abreviação OE sempre que nos referirmos ao Orientador de Estudo, bem como OEs quando se tratar do seu plural.

A problemática da alfabetização é de longa data uma questão bastante complexa. Não há como refletir sobre esse fenômeno educacional sem levar em conta inúmeras variáveis: teorias, métodos, metodologias, políticas públicas, condições para o trabalho docente, formação, condições econômicas da população docente e discente das escolas públicas, questões culturais, de sobrevivência, moradia, saúde, dentre outros aspectos, que também incidem sobre o fenômeno educação escolar de um modo geral. Na obra organizada por Leite (2001, p. 21), este autor ressalta que:

A questão do processo de alfabetização escolar continua sendo um tema desafiador para os pesquisadores e profissionais da área de Educação. Embora, nas últimas duas décadas, tenham se observado grandes progressos teórico-metodológicos na área, a formação do aluno como um competente leitor e produtor de texto, em nossas escolas públicas e particulares, ainda se coloca como um dos grandes objetivos a serem alcançados. A importância de tal questão pode se parcialmente explicada pelo crescente reconhecimento, por parte da sociedade em geral e pelos educadores em particular, de que o envolvimento com as práticas sociais de leitura e escrita constitui-se como uma condição necessária, embora não suficiente, para o pleno exercício da cidadania. Além disso, reconhece-se também que família e escola têm um papel fundamental nesse quadro, por constituírem-se como espaços privilegiados para a ocorrência do processo de mediação da criança e do jovem com a escrita.

Algumas perguntas que são históricas norteiam as discussões mais gerais sobre a alfabetização: Como vem ocorrendo a formação de professores? Eles só ensinam ou também aprendem? Será que os proponentes dos cursos de formação de professores têm se perguntado com convicção: quem é o sujeito que aprende? O que ele já sabe? O que posso ensinar-lhe? O que posso aprender com ele? Como estabelecer relações interativas nesse campo tensionado chamado “escola”, lugar de ensinar e aprender, institucionalizado e reconhecido socialmente? Que condições de trabalho são oferecidas para esse profissional? Esses questionamentos e outros tantos estiveram permeando a formação oferecida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Cada vez mais se evidencia que a educação não é tarefa única e exclusivamente de responsabilidade da escola, do professor; ela deveria se constituir como um ato político de uma nação, um compromisso ético com os sujeitos. Já é discurso corrente a defesa de que toda criança tem o direito de se alfabetizar nesse processo inicial para que realmente possa ter autonomia para continuar seu processo de escolarização como uma condição de cidadania, mas

para que isso se efetive, as condições sociais de todos os envolvidos precisam ser proporcionadas.

A formação do PNAIC enfatiza o direito principal de toda criança em processo de escolaridade: o direito de aprender, como prevê a LDB 9394/96 no artigo 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2012c, p. 30)

A fundamentação teórica desse programa de formação de alfabetizadores, com base em Soares (1998), apresenta a necessidade de compreensão das especificidades, tanto da alfabetização (apropriação do sistema de escrita de base alfabética), quanto do letramento (práticas sociais de leitura e escrita) e concebe essas duas categorias como indissociáveis. Portanto, orienta que o trabalho nas salas de alfabetização abordem a sistematização das questões relacionadas ao aprendizado do sistema de escrita em um contexto de letramento, ou seja, a escrita tem que fazer sentido na vida das crianças que, por sua vez, tem o direito de saber o que, para quem, por que e como escrever. Assim:

[...] a autora defende o trabalho específico de ensino do Sistema de Escrita Alfabética inserido em práticas de letramento. Nessa perspectiva, a referida autora propõe uma distinção entre os termos alfabetização e letramento. O primeiro corresponderia à ação de ensinar/ aprender a ler e escrever, enquanto o segundo seria considerado como estado ou a condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. (BRASIL 2012c, p.19)

Ainda nessa mesma perspectiva, sobre o letramento, um dos cadernos de formação (BRASIL 2012b, p.7) destaca:

[...] letramento é um conceito complexo e multifacetado, ao pensarmos no processo de alfabetização e de ensino-aprendizagem da escrita na escola, concebemos letramento como conjunto de práticas de leitura e produção de textos escritos que as pessoas realizam em nossa sociedade, nas diferentes situações cotidianas formais e informais. [...] Como Magda Soares (1998) e outros estudiosos, consideramos perfeitamente possível e adequado alfabetizar letrando, isto é, ensinar o SEA [Sistema de Escrita Alfabética], permitindo que os aprendizes vivam práticas de leitura e de

produção de textos, nas quais vão incorporando aqueles conhecimentos sobre a língua escrita.

Essas reflexões sobre a alfabetização na perspectiva do letramento instigam-nos a defender uma concepção de linguagem como interação humana. Nas palavras de Bakhtin (1992, p. 123),

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Por isso, há uma tendência presente, na formação de professores na atualidade, da defesa de uma metodologia de trabalho que se pautar nos eixos da língua portuguesa (falar-ouvir-escrever-ler) na confluência com situações em que a escrita e a leitura tenham um sentido possível e próximo ao vivido fora do contexto da sala de aula, por meio de projetos ou sequências didáticas que possibilitem o contato com gêneros diversos que circulam no âmbito de várias esferas sociais e a necessidade de sistematização tanto das questões relacionadas aos aspectos gráficos, quanto aos discursivos. Na perspectiva do PNAIC, seguindo o pensamento de Telma Ferraz Leal (2005 apud BRASIL, 2012e, p. 14),

[...] a proposta de projetos é uma das formas de organização do trabalho pedagógico. Nesse modo de condução didática os alunos precisam ler textos para obter informações sobre um tema que está sendo pesquisado. Há, via de regra, possibilidade de utilizar gêneros de diferentes esferas sociais, como os da esfera da Ciência, os da esfera jornalística, os do mundo da literatura, dentre outros. Para a autora, durante a realização do projeto, os alunos também precisam escrever textos, quer seja como instrumentos de registros de leituras bem característicos de vivências escolares, tais como esquemas, resumos, tabelas, gráficos, quer seja como meios de divulgação dos produtos dos trabalhos, em âmbitos diversos, visando exercer influências na própria escola, na comunidade ou na sociedade de um modo geral.

A orientação advinda da formação do PNAIC, de se trabalhar com os projetos, se referenda na concepção de que essa metodologia garante maior autonomia aos estudantes, pois prevê um planejamento participativo, aberto para possíveis encaminhamentos que surgirem ao longo do desenvolvimento do próprio projeto. O tempo destinado para essa metodologia geralmente é mais amplo e favorece a interlocução com várias áreas do conhecimento. Essa formação

continuada também indica a possibilidade do trabalho com sequências didáticas e apresenta algumas características que lhes são próprias:

Tem-se, assim, um trabalho pedagógico organizado de forma sequencial, estruturado pelo professor para um determinado tempo, trabalhando-se com conteúdos relacionados a um mesmo tema, a um gênero textual específico, uma brincadeira ou uma forma de expressão artística. Em síntese, a sequência didática consiste em um procedimento de ensino, em que um conteúdo específico é focalizado em passos ou etapas encadeadas, tornando mais eficiente o processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a sequência didática permite o estudo nas várias áreas de conhecimento do ensino, de forma interdisciplinar. (BRASIL, 2012e, p. 27)

O que se constatou no trabalho com projetos e sequências didáticas na formação do PNAIC, a partir dos relatórios, é que algumas redes de ensino já organizavam anteriormente as suas práticas pedagógicas utilizando-se de sequências e projetos didáticos, e outras inseriram essas metodologias em suas práticas a partir dessa formação.

Assim, com esta pesquisa busca-se trazer contribuições para se pensar a formação do professor alfabetizador; para tanto, nas investigações, teremos ainda que considerar, para além dos dados coletados, o contexto dessa formação (suas possibilidades, impossibilidades, convergências e divergências).

O que se põe no cenário atual em relação à alfabetização ressoa desde a década de 1980, pelo menos. Os desafios parecem permanecer desde então e as discussões são ainda as mesmas. Estamos avançando? Estamos no mesmo passo? Há recuos? Há equívocos? Há ganhos? Quantos caminhos trilhados e quantos ainda por percorrer!

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta investigação se configura como uma pesquisa de caráter documental. Nas palavras de Richardson (2009, p. 228), “Esta pode ser definida como a observação que tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles.”

Portanto, a metodologia organizada para atingir esses objetivos no período destinado a esse projeto (março de 2015/julho de 2017) se pautou, primeiramente, no acesso aos relatórios correspondentes a 2013 (cerca de 500)

produzidos em um dos polos de formação e disponíveis no acervo do núcleo de pesquisa (NEPALP) responsável pelo projeto de extensão do PNAIC em Santa Catarina.

Em seguida, escolheu-se, dentre esses relatórios, uma amostragem de 50 exemplares que foram organizados em quadros, num processo de mapeamento, para que se pudesse proceder ao trabalho de análise. Procurou-se variar o maior número possível de municípios, na intenção de que essa amostragem se constituísse como uma referência do que foi essa formação em lugares com configurações distintas (municípios de grande e pequeno porte, com diferentes históricos de formação continuada e pertencentes à rede estadual e a redes municipais).

Em concomitância, iniciou-se a releitura dos cadernos de formação do PNAIC (BRASIL, 2012a), com registro sobre as temáticas e conceitos abordados e foram realizadas leituras de referência de apoio para a fundamentação teórica, tais como: Soares (2003 e 2004), Gontijo (2003), Leite (2001), dentre outros.

Depois desses primeiros procedimentos, foram feitos registros sobre os conceitos/imagens/elementos encontrados nos relatórios, buscando estabelecer categorias para a análise.

Para este artigo, serão analisados dois relatórios como uma amostragem do processo inicial da pesquisa. Os relatórios escolhidos dizem respeito ao mês de março, ou seja, correspondente ao primeiro relatório entregue pelos OEs aos seus formadores.

ANÁLISE DOS DADOS

Os OE, cerca de 120, que se reuniam para um trabalho em conjunto nesse polo de formação (foco da pesquisa), vinham de aproximadamente 53 municípios distintos, traziam marcas culturais distintas da formação profissional, da experiência sistematizada de uma formação continuada (ou não), de suas vinculações a redes de ensino com organizações díspares de trabalho. Assim, constituíram-se pela heterogeneidade que provocava interações nem sempre harmoniosas. Os relatórios trazem marcas específicas que revelam aspectos relevantes dessa formação. A seguir, apresentamos a análise de dois desses documentos.

Relatório 1: Março de 2013 - Formadora 2 - Orientador de Estudos (OE): 1 - Lontras/SC⁵

Descrição:

O relatório apresenta um cabeçalho identificando município, coordenador, OE, formador e período da formação realizada, e a seguir é descrito o trabalho desenvolvido junto aos professores alfabetizadores.

Como se trata do primeiro relatório desenvolvido após a primeira formação do PNAIC em 2013, há referência à participação de coordenadora local, secretária de educação com uma breve apresentação do programa pelo próprio OE.

O foco desse primeiro encontro foi a Formação de professores: princípios e estratégias formativas, que consta no Caderno Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012d, p. 7-20).

O Orientador descreve também que assistiram ao vídeo “O menino que aprendeu a ver”, e a partir daí foi solicitado que os cursistas elaborassem um conceito para alfabetização e letramento. Houve debate e foram direcionados para a leitura de uma parte dos cadernos “concepções de alfabetização” – Unidade 1 Ano 1 (BRASIL, 2012, p. 16-23). Foram apresentados também slides sobre esse tema do Caderno e os Direitos de Aprendizagem em Língua Portuguesa, com desdobramento para a tarefa que os professores deveriam realizar, a saber, verificar se os direitos de aprendizagem estavam contemplados em seu plano de ensino e em sua prática.

Nesse relatório também aparece uma orientação para que os professores organizem projetos de alfabetização e letramento seguindo uma estrutura: definição da problemática, tema gerador, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, conteúdos curriculares, metodologia, avaliação.

⁵ Estabelecemos a seguinte convenção: os relatórios foram numerados na ordem em que aparecem nesse texto, ou seja, 1 e 2; em seguida vem o mês e ano correspondente; as formadoras também receberam um número 2 e 3 (tínhamos 4 formadoras mulheres no polo no ano de 2013 e cada qual atuava em uma turma numerada de 1 a 4) e os OEs também receberam os números 1 e 2, já que nesse trabalho apresentaremos a análise de dois relatórios de dois OEs distintos e de duas formadoras também distintas.

O OE também acrescenta que trabalharam planejamento de ensino em grupos e que dentre os temas abordados estavam: leitura, produção textual, oralidade, análise linguística (eixos da língua), direitos de aprendizagem, avaliação no ciclo de alfabetização e avaliação para inclusão.

Nos anexos aparecem a lista de presença dos cursistas (alfabetizadores), planejamento do curso pelo OE, cópias de slides da formação e de um projeto, intitulado “Alimentação saudável”, desenvolvido em uma das escolas, envolvendo vários professores de várias áreas (artes, educação física e professores do 1º ao 5º ano). O projeto também apresenta os conteúdos que foram desenvolvidos em cada área do conhecimento e, por último, traz imagens do trabalho das professoras e das crianças.

Reflexão:

Os encaminhamentos dados pelo formador, de certa maneira, aparecem contemplados no modo como o OE organiza o trabalho com os professores alfabetizadores: uma apresentação geral do programa, um vídeo como motivação inicial, encaminhamentos para estudo, aprofundamento dos temas abordados e indicações do trabalho a ser realizado com as crianças.

Evidencia-se nesse primeiro relato que o OE segue as diretrizes do curso de formação, apresentando com rigor os encaminhamentos propostos. Em termos conceituais, há reflexões importantes sobre o que é alfabetização, o que é letramento, os direitos de aprendizagem e temas relacionados diretamente ao ensino da língua portuguesa a partir dos eixos: leitura, produção textual, oralidade e análise linguística.

Põe-se também como questão importante a discussão sobre avaliação e procedimentos metodológicos, tais como, as propostas do trabalho com sequências e projetos didáticos que proporcionam o diálogo com várias áreas do conhecimento.

Relatório 2: Março de 2013 - Formadora 3- Orientadora de Estudo⁶ (OE): 2 - Luís Alves/SC

⁶ Nesse caso trata-se realmente de uma mulher e por isso passamos para o feminino.

Descrição:

O relato descreve o primeiro encontro do PNAIC que aconteceu no auditório da Prefeitura Municipal de Luís Alves/SC, no dia 13 de março, com a presença de alfabetizadores, secretária da educação e demais autoridades do município. Após a abertura solene aconteceu a apresentação do PNAIC (em slides) e alguns esclarecimentos sobre a formação. Os alfabetizadores receberam o cronograma da formação, uma ficha cadastral para preencher e um contrato didático para assinar. Em seguida deram início aos primeiros estudos do programa.

O trabalho iniciou com o vídeo “Vida Maria” e a Leitura do caderno Ano 1, Unidade 1, páginas 6 a 9, que trata sobre o Currículo no Ciclo de Alfabetização. Após assistirem ao vídeo, foi solicitada aos professores a produção de um texto que descrevesse sua infância e os primeiros dias de aula (memórias).

Os relatos das memórias vividas na escola foram socializados no segundo encontro, que aconteceu no dia 27 de março de 2013. Nesse mesmo encontro foi solicitado aos professores representar, através de um gênero textual, as vivências comuns no período de alfabetização: que ações/attitudes são necessárias para que o ciclo de alfabetização se organize, pautado pelos princípios de inclusão, continuidade e progressão? Tais attitudes foram comuns nas experiências vivenciadas nos tempos de estudante? E na sua vida de professor?

Foram realizadas as seguintes leituras dos textos do Caderno Ano 1, Unidade 1, páginas 16 a 22 (Currículo na Alfabetização: Concepções e Princípios); Caderno Ano 2, Unidade 1, páginas 6 a 11 (Currículo na Alfabetização; Consolidação e Monitoramento do Processo de Ensino e Aprendizagem); Caderno Ano 3, Unidade 1, páginas 6 a 11 (Currículo Inclusivo: o Direito de Ser Alfabetizado) e também assistiram ao vídeo: “Leitura e Produção de Textos na Alfabetização” (www.ufpe/cell.br). Com base nas leituras feitas, no vídeo e nas discussões realizadas nos encontros, produziram textos (anexos no relatório) que foram socializados com o grupo no terceiro encontro.

No terceiro encontro assistiram ao vídeo “Ratoeira”, apresentaram as produções textuais realizadas no segundo encontro e leram textos sobre o Direitos de Aprendizagem no Ciclo de Alfabetização. Outras leituras foram realizadas: Caderno Ano 1, Unidade 1, páginas 31 a 32; Caderno Ano 2, Unidade 1, páginas 27

a 29; Caderno Ano 3, Unidade 1, páginas 29 a 31 que tratam dos Direitos de Aprendizagem no Ciclo de Alfabetização – Língua Portuguesa.

A Orientadora propõe destacar os elementos relevantes durante o processo de leitura, discutir sobre o quadro Direitos de Aprendizagem e comparar tais direitos com o planejamento anual do município, e ressaltar pontos divergentes e convergentes.

Reflexão:

Podemos observar que o trabalho de formação realizado pela OE e aqui analisado foi seguindo uma trajetória que converge em muitos momentos com o encaminhamento do curso, porém diverge em outros. No relatório produzido pela OE do município de Luís Alves não aparecem estudos sobre o Caderno de Formação de Professor (BRASIL, 2012d) sobre o tema Avaliação e Projetos Didáticos, como previsto no planejamento das formadoras pela orientação dada pela coordenação da universidade.

A formadora desse grupo específico trouxe duas estratégias novas para trabalhar as temáticas a serem aprofundadas. A primeira delas foi a produção de textos sobre as memórias de infância a respeito da alfabetização. Os OEs também foram desafiados a sintetizar diversos conceitos a partir das leituras realizadas e apresentá-los em forma de gêneros textuais variados, o que denota aprofundamento de estudos, que demarca a importância do trabalho com os gêneros textuais.

Podemos, portanto, inferir que a formação continuada, por mais que ela se ponha em um determinado formato, com orientações bem precisas, ao ser deslocada do plano ideal (o material elaborado para tal fim) para o plano real, sofre necessariamente transformações, adaptações, extrapolações na apropriação dos sujeitos envolvidos nesse processo de ensinar e aprender (formadores, professores, Orientadores...).

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Precisamos considerar que esses OEs tiveram diferentes formadoras, que embora tenham planejado juntas sob a coordenação da mesma Instituição de Ensino Superior e pertencentes ao mesmo polo de formação (no caso, Joinville e

região), acabaram dando encaminhamentos distintos à formação com os professores alfabetizadores em seus municípios.

Esse pequeno recorte da pesquisa revela que esses profissionais direcionaram o trabalho de formação com os alfabetizadores estabelecendo proximidade em relação às orientações recebidas durante o curso, apresentando em seus relatórios evidências de apreensão do que foi tratado nos cursos de formação, por meio de registros escritos e também fotográficos, tanto da formação oferecida nos seus respectivos municípios, quanto dos desdobramentos dessa formação na sala de aula dos alfabetizadores, cursistas do PNAIC.

Constatou-se uma tendência ao desenvolvimento de projetos de alfabetização na perspectiva do letramento, explicitado nas propostas de trabalho docente que se pautaram no uso de vários gêneros discursivos, que se esforçaram para envolver diversos componentes curriculares (matemática, ciências etc.) e que, além de buscarem sentido para o ensino da leitura e escrita, focalizaram o processo de sistematização dos aspectos constitutivos do sistema de escrita de base alfabética.

Essa aproximação, ainda que inicial, a esse banco de dados, ressaltamos, incita reflexões importantes para o campo da formação continuada de professores alfabetizadores, especificamente, e para a educação de modo geral. Afinal, ainda necessitamos, no contexto brasileiro da atualidade, de respostas para o “como se alfabetiza?”

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Site oficial. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. 2012a. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 20 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 01: unidade 03. Brasília: MEC, SEB, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Currículo na alfabetização: concepções e princípios. Ano 01: unidade 01. Brasília: MEC, SEB, 2012c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Formação de Professores: princípios e estratégia formativa. Brasília: MEC, SEB, 2012d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Planejando a Alfabetização; Integrando Diferentes Áreas do Conhecimento: Projetos Didáticos e Sequências Didáticas. Ano 01: unidade 06. Brasília: MEC, SEB, 2012e.

GONTIJO, C.M.M. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LEITE, S. A. (Org.). **Alfabetização e letramento:** contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M.. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 25, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 abr. 2014.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social:** Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.